

A
AL

DATA DA REUNIÃO: TRINTA E UM DE MAIO E QUATRO DE JUNHO DE DOIS MIL E VINTE E UM -----

LOCAL DA REUNIÃO: A PRESENTE REUNIÃO FOI REALIZADA POR VIDEOCONFERÊNCIA ATRAVÉS DA APLICAÇÃO INFORMÁTICA SKYPE, AO ABRIGO DO DISPOSTO NO NÚMEROS 1 DO ARTIGO 3.º DA LEI 1-A/2020, DE 19 DE MARÇO. -----

PRESIDIU: O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, ALBERTO MANUEL MARTINS DA COSTA. -----

PRESENCAS E FALTAS: -----

PRESIDENTE ALBERTO MANUEL MARTINS COSTA – PS – PRESENTE, NA SALA DE REUNIÕES DA PRESIDÊNCIA, DO EDIFÍCIO SEDE DO MUNICÍPIO, SITO NA PRAÇA 25 DE ABRIL, SANTO TIRSO. -----

VEREADORA ANDREIA CARINA MACHADO DA SILVA NETO – PPD/PSD.CDS-PP – PARTICIPOU POR VIDEOCONFERÊNCIA. -----

VEREADORA ANA MARIA MOREIRA FERREIRA – PS – PARTICIPOU POR VIDEOCONFERÊNCIA. -----

VEREADOR JOSÉ PEDRO DOS SANTOS FERREIRA MACHADO – PS – FALTOU, NO DIA TRINTA E UM DE MAIO, POR RAZÕES QUE FORAM CONSIDERADAS JUSTIFICATIVAS. PRESENTE, POR VIDEOCONFERÊNCIA, NO DIA QUATRO DE JUNHO. -----

VEREADOR DR. JOSÉ MANUEL ALVES PIMENTA DE CARVALHO – PPD/PSD.CDS-PP – PARTICIPOU POR VIDEOCONFERÊNCIA. -----

VEREADOR TIAGO JOÃO MACHADO ARAÚJO – PS – PARTICIPOU POR VIDEOCONFERÊNCIA. -----

VEREADOR CARLOS ALBERTO CARVALHO FERNANDES – PPD/PSD.CDS-PP – PARTICIPOU POR VIDEOCONFERÊNCIA. -----

VEREADORA SILVIA MANUELA DA COSTA FERREIRA TAVARES – PS – PARTICIPOU

[Handwritten signature]

POR VIDEOCONFERÊNCIA. -----

VEREADOR NUNO MIGUEL LINHARES DA SILVA - PS - PARTICIPOU POR VIDEOCONFERÊNCIA. -----

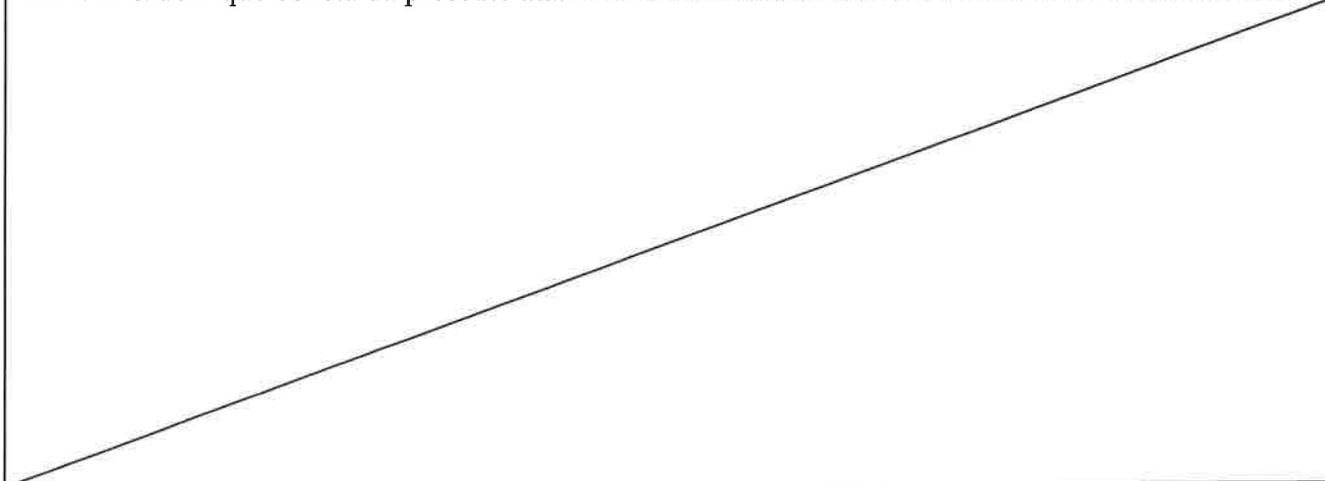
HORA DE INICIO DA REUNIÃO: A reunião teve início pelas onze horas e trinta e cinco minutos, após o presidente da câmara municipal ter efetuado a chamada de vídeo para todos os membros da câmara municipal, e constatado que havia condições técnicas para a realização da reunião, quer relativamente à receção e transmissão de som, quer relativamente à imagem, pelo que se iniciou a reunião e a respetiva gravação. -----

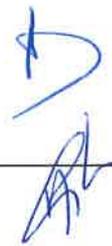
ESTA REUNIÃO FOI SUSPensa, PELAS ONZE HORAS E CINQUENTA E CINCO MINUTOS DO DIA 31 DE MAIO, TENDO FICADO DECIDIDO QUE SERIA RETOMADA NO DIA 04 DE JUNHO DE 2021, PELAS CATORZE HORAS E TRINTA MINUTOS. -----

HORA DE ENCERRAMENTO: CATORZE HORAS E CINQUENTA E CINCO MINUTOS DO DIA 04 DE JUNHO DE 2021. -----

SECRETARIOU A trabalhadora designada para o efeito, Maria Adriana Salgado Magalhães, que participou também na reunião por videoconferência, na mesma sala em que se encontrava o presidente da câmara municipal. -----

ORDEM CRONOLÓGICA POR QUE FORAM TRATADOS OS ASSUNTOS DA ORDEM DO DIA: A ordem que consta da presente ata. -----





**EM VIRTUDE DE SE TRATAR DE UMA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA,
ENTROU-SE DE IMEDIATO NA DISCUSSÃO DOS ASSUNTOS PREVIAMENTE
INCLUÍDOS NA ORDEM DO DIA A QUAL SE ANEXA À PRESENTE ATA
CONSTITUINDO A SUBSEQUENTE FOLHA.-----**



SANTO TIRSO
CÂMARA MUNICIPAL

Praça 25 de Abril
4780-373 SANTO TIRSO
Tel. +351 252 830 400
Fax +351 252 856 534
santotirso@cm-stirso.pt
www.cm-stirso.pt

REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA 31 DE MAIO DE 2021 – ATA Nº 11

ORDEM DO DIA

1 - Documentos de Prestação de Contas do ano 2020 - Aprovação

Santo Tirso, 26 de maio de 2021

O Presidente,

Alberto Costa

Antes de se entrar na discussão dos documentos de prestação de contas do ano de dois mil e vinte, pelo senhor presidente da câmara foi dito: -----

“Vamos dar inicio a esta reunião extraordinária da câmara municipal, que foi convocada no dia vinte e seis do corrente mês de maio, com um ponto único, “Documentos de Prestação de Contas do ano 2020 – Aprovação”. Haveria dúvidas sobre se esta reunião poderia ser realizada no próximo mês de junho ou se teria que o ser até ao fim do mês de maio em curso, pelo que foi decidido marcar e convocar esta reunião extraordinária. Quando foi convocada a reunião era nossa convicção que iríamos ter todos os documentos prontos a “tempo e horas”, e que os mesmos iriam ser enviados atempadamente a todos os membros deste órgão, de modo a que os pudessem analisar e permitir a sua participação na decisão. Sucede que por circunstâncias excepcionais, quer no que se refere à extensão do documento, quer devido a problemas informáticos ocorridos, só foi possível disponibilizar o documento aos senhores vereadores no dia vinte e nove do corrente mês de maio, cerca das 17:30horas, o que motivou mesmo a que se contactasse, por telefone, a senhora vereadora Dr.^a Andreia Neto para sabermos se conseguiam abrir o documento, disponibilizado na sitio institucional do município na Internet na pasta a que têm acesso os senhores vereadores. -----

Decidimos que esta reunião extraordinária se iria realizar, para que eu, presidente da câmara municipal, fizesse a apresentação do Documento, e que então se seguiria a discussão sobre o mesmo, ainda hoje, se alguém quiser colocar alguma questão, ou então suspendendo-se esta reunião, e continuando-se a mesma no próximo dia quatro de junho, pelas 14:30 minutos, se todos estiverem de acordo.”-----

Os senhores vereadores deram o seu acordo a que a esta reunião extraordinária da câmara municipal se iniciasse, e fosse suspensa, conforme proposta do senhor presidente da câmara. -----

1. DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS DO ANO 2020 - APROVAÇÃO

Presente informação da Divisão Financeira, de vinte e oito do corrente mês de maio, registada com o número quatro mil duzentos e oitenta e um, a informar sobre as competências para elaboração, aprovação e apreciação dos documentos de prestação de contas, a qual aqui se dá por inteiramente transcrita para todos os efeitos legais.-----

Junta-se cópia dos documentos de prestação de contas do ano de dois mil e vinte à presente ata e dela fica a fazer parte integrante, constituindo o anexo I da mesma, que é composto por oitocentas e noventa páginas. -----

O referido documento, anexo à ata, fica rubricado pelo presidente da câmara e por quem secretariou a presente reunião. -----

O senhor presidente fez uma apresentação sumária dos referidos documentos de prestação de contas relativos ao ano de dois mil e vinte, tendo realçado alguns aspetos relativos à Gerência desse ano, nos seguintes termos: -----

“Os documentos de prestação de contas do ano 2020 mostram, em traços gerais, o seguinte:

- Ocorreu uma trajetória positiva das contas, fruto de uma gestão responsável, equilibrada e credora de confiança, junto não só da população como também dos agentes económicos e institucionais e dos presidentes de junta; -----

-Tivemos boas taxas de execução do orçamento – a taxa de execução do orçamento atingiu os 84% (oitenta e quatro por cento), quando em 2019 fora de 76,5% (setenta e seis virgula cinco por cento) e, em 2012, de 54% (cinquenta e quatro por cento), sendo que a taxa de execução da receita foi de 85% (oitenta e cinco por cento) e a taxa de execução da despesa foi de 83% (oitenta e três por cento);

-Tivemos um resultado económico positivo de 205 mil euros, quando, em 2014, fora negativo, em 2,3 milhões de euros, e em 2019 o resultado líquido esteve perto dos três milhões de euros. As principais razões para a obtenção deste resultado foram, do lado dos custos (gastos), um aumento em 1,5 milhões de euros em transferências para as freguesias e Instituições Particulares de



Solidariedade Social e atribuição de subsídios para apoio a diversas atividades, nomeadamente nas áreas do desporto e cultura, e do lado dos proveitos (ganhos), ocorreu uma diminuição em 250 mil euros de receita com a prestação de serviços, nomeadamente no Complexo Desportivo, e diminuição em 300 mil euros em transferências e subsídios obtidos;-----

- A receita cobrada diminuiu 1,5%, passando de 42,7 milhões de euros em 2019 para 42,1 milhões de euros em 2020, ou seja, menos 600 mil euros, resultado este influenciado pelas medidas de apoios económico e social dirigidas às famílias e empresas do concelho, no âmbito da resposta à pandemia da doença COVID-19;-----

- A poupança corrente atingiu valores históricos, cerca de 12 milhões de euros, que foram transferidos para despesas de capital;-----

- O município teve uma redução de cerca de 30% da dívida global desde 2013, ou seja, desde o início do mandato que ocorreu em 2013, a dívida global do município passou de 33,6 milhões de euros para 23,2 milhões de euros, ou seja, uma redução de 10 milhões de euros, o que representa uma queda de 30% face a 2013, sendo que em 2020, a dívida municipal voltou a cair, na ordem dos 3,6 milhões de euros face a 2019, quer a dívida de médio e longo prazo (empréstimos bancários), quer a dívida de curto prazo (fornecedores). A dívida de médio e longo prazo passou de 17,2 milhões de euros para 15,2 milhões de euros, ou seja, menos dois milhões de euros, e a dívida de curto prazo passou de 9,5 milhões de euros para 7,9 milhões de euros, ou seja, menos 1,6 milhões de euros. Do que resulta que o município de Santo Tirso goza de uma elevada taxa de endividamento, estimada em mais de metade (cerca de 55%) da capacidade máxima legal;-----

- As transferências de verbas para as freguesias em 2020 quase que duplicaram face ao valor de 2019. Ou seja, as contas de 2020 confirmam o compromisso político assumido por este executivo municipal de transferir para as freguesias o montante mais alto de sempre. Assim - As transferências para as freguesias (despesas correntes e despesas de capital) quase que duplicaram, passando de 1,7 milhões de euros em 2019 para 3,3 milhões de euros em 2020. Os valores apresentados



no Relatório e Contas de 2020 são fortemente influenciados pelas transferências de capital, que cresceram 266%, passando de 983 mil euros em 2019 para 2,6 milhões de euros em 2020, por força dos mais de dois milhões de euros transferidos para as freguesias para fazerem face à erradicação das ruas em terra, a que se somam os 400 mil euros transferidos por este executivo municipal no ciclo autárquico 2013-2021; -----

- Os Documentos de Prestação de Contas de 2020 revelam a capacidade demonstrada para cumprir todos os compromissos assumidos e ainda responder à pandemia da doença COVID-19. Em 2020, mais de 60% dos investimentos foram dirigidos às funções sociais, nomeadamente educação, saúde, desporto e coesão social; e manteve-se o forte pacote fiscal dirigido às famílias e às empresas do Município, no valor de mais de dois milhões de euros. Estes Documentos demonstram a forte capacidade de execução de projetos comprometidos no Plano Plurianual de Investimentos, graças à elevada poupança corrente gerada em 2020, o referido montante de 12 milhões de euros, escusando-nos agora de enumerar os diversos e importantes investimentos realizados; -----

- Em resumo: -----

- A Conta de 2020 revela um resultado líquido de 205 mil euros, o que é muito significativo em ano de pandemia (doença COVID-19); -----

- Verificou-se uma poupança corrente de 12 milhões de euros, a mais altas de sempre, transferida para despesas de capital/investimento; -----

- A dívida voltou a cair, em cerca de 3,6 milhões de euros - redução de 10 milhões de euros desde 2013, ou seja, 30%; -----

- A taxa da capacidade de endividamento do município está estimada em mais de metade da capacidade máxima legalmente permitida; -----

- A rubrica “aquisição de bens” caiu 33%, na casa dos 726 mil euros, ficando a dever-se a uma redução nas despesas com refeições (495 mil euros) e com eventos (130 mil euros); -----

- Também a rubrica “aquisição de serviços” caiu 6%, na casa dos 600 mil euros,

tendo-se verificado uma poupança em energia (200 mil euros) e transportes (110 mil euros). -----

Estes são os aspetos mais importantes dos Documentos de Prestação de Contas de 2020, ficando agora à disposição para prestar os esclarecimentos que entendam necessários, caso alguém queira usar da palavra.” -----

Como nenhum dos senhores edis quis usar da palavra, o senhor presidente, ao abrigo da sua competência prevista nas disposições conjugadas das alíneas p) e q) do n.º 1 do artigo 35.º do Anexo I da Lei 75/2013, de 12 de setembro, e n.º 2 do artigo 8.º do Regimento da Câmara Municipal de Santo Tirso, decidiu suspender a reunião, de modo a permitir que todos os membros da câmara municipal possam analisar os documentos e assim participar na decisão, em virtude de, pelas razões atrás expressas nesta ata, e contra as expetativas inicialmente previstas, não ter sido possível disponibilizar os documentos aos senhores vereadores com a antecedência mínima legalmente prevista.

O senhor presidente propôs que esta reunião da câmara municipal continuasse no próximo dia quatro de junho, pelas catorze horas e trinta minutos, o que foi aceite por todos os vereadores. ----



REINÍCIO DA REUNIÃO-----

No dia quatro de junho de dois mil e vinte e um, pelas catorze horas e trinta e cinco minutos, após o presidente da câmara municipal ter efetuado a chamada de vídeo para todos os membros da câmara municipal, e constatado que havia condições técnicas para a realização da reunião, quer relativamente à receção e transmissão de som, quer relativamente à imagem, foi retomada a reunião extraordinária da câmara municipal, iniciada no dia trinta e um de maio findo, com a Ordem do Dia que consta desta ata. -----

A continuação da reunião foi igualmente realizada por videoconferência através da aplicação informática skype, no mesmo local indicado no início desta ata, igualmente secretariada pela trabalhadora Maria Adriana Salgado Magalhães, e estiverem presentes todos os membros que constituem este órgão executivo, incluindo o senhor vereador José Pedro dos Santos Ferreira Machado.



**1. DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS DO ANO 2020 – APROVAÇÃO
(CONTINUAÇÃO DO ASSUNTO) -----**

O senhor presidente perguntou se algum dos senhores vereadores pretendia usar da palavra para colocação de alguma questão/pedido de esclarecimento sobre os documentos acima referidos. ---

A senhora vereadora Dr.^a Andreia Neto perguntou pelo parecer do revisor oficial de contas. O senhor presidente esclareceu que o parecer é emitido apenas depois dos documentos serem aprovados pela câmara municipal, e que o mesmo será enviado para a assembleia municipal. De qualquer forma, que tinha consigo um *draft* do parecer. -----

Considerando que não foi colocada mais nenhuma questão/pedido de esclarecimento sobre os Documentos de Prestação de Contas do ano 2020, o senhor presidente referiu que nada mais tinha a acrescentar à apresentação do documento já feita, pelo que propôs que a câmara municipal, ao abrigo da sua competência prevista na alínea i) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I da Lei 75/2013, de 12 de setembro, deliberasse aprovar os documentos de prestação de contas do ano de 2020, e submeter os mesmos à apreciação e votação da assembleia municipal.-----

A proposta foi submetida a votação nominal, e foi aprovada com seis votos a favor, dos senhores edis eleitos enquanto inscritos na lista do Partido Socialista, e três votos contra dos senhores vereadores eleitos enquanto inscritos na lista da coligação do PPD/PSD.CDS-PP, que fizeram a declaração de voto que consta das subsequentes duas folhas.-----

Pelos senhores edis eleitos enquanto inscritos na lista do Partido Socialista foi igualmente proferida uma declaração de voto, que consta de folhas catorze a dezasseis desta ata. -----



PRESTAÇÃO DE CONTAS

O relatório e contas de 2020, que nos é submetido para aprovação, espelha o resultado das políticas e das opções seguidas pelo executivo municipal, na gestão dos dinheiros públicos.

O exercício económico de 2020, é marcado negativamente pelo aumento da carga fiscal, que recai sobre as famílias e as empresas.

Num ano em que fomos surpreendidos por uma pandemia, com muitas incertezas e exigindo sacrifícios a todos, seria de prever um alívio da carga fiscal, para ajudar as famílias a ultrapassar este momento crítico.

Mas infelizmente, tal não aconteceu.

Na tabela da desagregação das rubricas da receita orçamental, verificamos que o peso da carga fiscal sobre as receitas correntes fixou-se em 42,38%, acima do valor já de si muito alto, no ano de 2019, de 41%.

Em 2020, foram cobrados impostos e taxas no valor de 15.625.600€, para uma receita corrente de 36.864.543€.

A conta de gerência do ano de 2020, vem demonstrar, mais uma vez, a contradição entre o discurso político e a gestão deste executivo socialista.

Em sede de discussão dos Planos e Orçamentos dos últimos anos, o executivo municipal tem sempre afirmado que prescinde da cobrança máxima das taxas de impostos, para servir de amortecedor social e aliviar a carga fiscal das famílias e as empresas.

Ao contrário do que sucede em muitos outros concelhos, o executivo camarário resiste ao abaixamento das taxas de imposto municipal sobre imóveis (IMI) e da taxa de derrama, posição que vem sempre sendo defendida pelos Vereadores eleitos pelo PSD.

Para o ano corrente de 2021, o imposto municipal sobre imóveis (IMI) desceu em mais de 80 municípios e nenhum dos municípios portugueses optou pelo agravamento da taxa. Relembro que a taxa de IMI definida pelas câmaras municipais pode variar entre



0,3% e 0,45%, sendo que a taxa fixada para o concelho de Santo Tirso é de 0,375%, mantendo-se neste patamar há já muitos anos.

Para 2021, a executivo municipal aplica a taxa de derrama máxima de 1,5% sobre o lucro tributável nas empresas com um volume de negócios superior a 150.000€ e 1,2% para microempresas e com uma faturação inferior a 150.000€. No total dos 306 municípios, 25 baixaram a taxa de derrama e existe um número crescente de CM a fixar isenção de taxas, ou a fixar taxas reduzidas (mais de 100 municípios). o concelho de Santo de Tirso, está entre os 126 concelhos, que optam pela taxa máxima deste imposto de 1,5%

Num cenário de maior competitividade entre concelhos para fixação das pessoas e empresas, o concelho de Santo Tirso perde interesse comparativo, e não consegue contrariar a tendência que se vem verificando desde há muitos, da perda da população residente, nomeadamente jovens, tornando o concelho mais envelhecido e menos atrativo.

Uma nota final para a mensagem do Sr. Presidente da Câmara Municipal de Santo Tirso Dr. Alberto Costa, que reafirma o compromisso de pautar a gestão pelo rigor das contas, numa gestão equilibrada e responsável para salvaguardar as gerações futuras, não venha a ser fortemente abalada pela decisão do resgate do contrato de concessão da água com a empresa Indáqua, assumida no passado mês de dezembro.

Santo Tirso, 4 de junho de 2021

Os vereadores do PSD

DECLARAÇÃO DE VOTO

(PRESTAÇÃO DE CONTAS DO EXERCÍCIO DO ANO DE 2020)



O Relatório e Contas do exercício do ano de 2020 reproduz, rigorosa e fielmente, os compromissos políticos assumidos para com a população de Santo Tirso, tecido institucional e presidentes de Junta e apresenta ainda uma fotografia do exercício económico que mostra um conjunto de indicadores objeto de evolução positiva nos últimos anos de gestão do atual executivo municipal.

Pese embora o exercício de 2020 ter sido influenciado pelos três últimos trimestres do ano, período que coincidiu, primeiro, com a resposta à pandemia e, depois, com os apoios económicos e sociais dirigidos às famílias e às empresas, o executivo municipal conseguiu honrar o compromisso plasmado no orçamento de transferir para as freguesias o montante mais alto de sempre, para fazer face ao programa de erradicação de ruas em terra em todo o território municipal.

As contas de gerência não iludem: em 2020, as transferências para as freguesias quase duplicaram face ao ano transato, passando de 1,7 milhões de euros para 3,3 milhões de euros.

Os valores apresentados no exercício de 2020 foram, naturalmente, o resultado de uma medida política lançada pelo executivo municipal, que, mesmo em ano de pandemia, não a deixou ficar na gaveta, como espelha a rubrica orçamental destinada às transferências para as freguesias: se, em 2019, foram transferidos 983 mil euros, já em 2020 esse montante cresceu para 2,6 milhões de euros, o que representa um aumento de 266 por cento, quando comparados um e outro exercícios.

Ainda sob o ponto de vista político, isto é, do compromisso assumido para com a população de Santo Tirso, em sentido lato, o que abrange famílias, instituições ou tecido empresarial local, as contas de gerência também confirmam a manutenção de todas as medidas postas em prática pelo executivo municipal nos últimos anos, nomeadamente o forte “pacote” de incentivos fiscais, que retiram ao orçamento municipal em cerca de

dois milhões de euros/ano, e os “amortecedores sociais” lançados para combater a crise económica e social pré e pós-“troika”.

Em matéria de investimentos, reconhecidamente prejudicados pelos transversais efeitos causados pela pandemia, ao nível da aprovação de fundos comunitários e da capacidade das empresas em dar resposta ao volume de empreitadas, o ano de 2020 fechou com uma execução de 10,6 milhões de euros.

É verdade que a taxa de execução ficou aquém da de 2018, ano em que se registou o valor percentual mais alto de sempre, mas, em termos absolutos, foi superior à verificada há dois anos. Se, em 2018, foram investidos por via do Plano Plurianual de Investimentos 10 milhões de euros, em 2020, os montantes foram superiores em 600 mil euros, ainda que a taxa de execução tenha sido inferior.

Já sob o ponto do exercício propriamente dito, o documento também dá indicadores positivos quanto à trajetória das contas.

Não sendo, para nós, vereadores do Partido Socialista no executivo municipal, um fim em si mesmo, porque sempre colocamos as pessoas no centro da ação política, as contas apresentadas mostram claramente uma tendência reforçada de rigor e de responsabilidade política, sem os quais não teria sido possível, por exemplo, o seguinte:

- Um resultado líquido de 205 mil euros, o que não deixa de ser significativo, apesar da pandemia;
- Uma poupança corrente de 12 milhões de euros, a mais alta de sempre, transferida, à semelhança de exercícios anteriores, para despesas de capital;
- Uma dívida global em queda, significativamente acentuada em 2020, ano em que se verificou uma descida de 3,7 milhões de euros – desde 2013, foi já possível abater à dívida 10 milhões de euros, o que significa uma redução de 30%;
- Uma taxa de endividamento estimada em mais de metade da capacidade máxima legalmente permitida;
- Uma redução de 33% na rubrica “Aquisição de bens”, na ordem dos 700 mil euros;



- Uma redução de 6% na rubrica “Aquisição de serviços”, na ordem dos 600 mil euros;
- Por fim, uma taxa de execução orçamental de 84%.

Em traços gerais, a trajetória positiva das contas, contas certas, é fruto de uma gestão responsável, equilibrada e credora de confiança, junto não apenas da população de Santo Tirso como também dos agentes económicos e institucionais e dos presidentes de Junta.

Pelo exposto, os vereadores eleitos pelo Partido Socialista votam favoravelmente as contas do exercício de 2020.

Santo Tirso, 4 de junho de 2021

ENCERRAMENTO.-----

A reunião foi encerrada eram: catorze horas e cinquenta e cinco minutos do dia quatro de junho de dois mil e vinte e um. -----

E para constar se lavrou a presente ata que tem dezassete folhas, apenas utilizadas no anverso e um documento anexo, relativo ao item um, que eu

Adriana Fagundes

funcionária designada para secretariar a reunião subscrevo e vai ser assinada por quem presidiu.

Alberto Manuel Martins de Sousa

APROVAÇÃO DA ATA.-----

A presente ata foi aprovada pela câmara municipal em reunião de 17 / 06 / 2021, conforme consta do item um da respetiva minuta (folhas sele).-----

A Secretária,

Adriana Fagundes